



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

SEXTA-FEIRA – 14 DE JUNHO DE 2024 - ANO IV – EDIÇÃO Nº 107

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS PÚBLICA:

- **DECRETOS Nº 106; 107; 108/2024:** DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO PELO RGPS.

**IMPrensa OFICIAL
UMA GESTÃO LEGAL
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Aloísio Miguel Rebonato
- Praça Imaculada Conceição, Nº 1251 - Centro
- Tel: (77) 3473-1461



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, Nº 460
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETO Nº 106/2024, de 14 de junho de 2024.

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público aposentado pelo RGPS e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO que o artigo 40, V, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macaúbas) fixa a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que o artigo 41, *caput*, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, estabelece a aposentadoria como causa de exoneração do cargo efetivo;

CONSIDERANDO que o Regime Geral da Previdência Social é considerado como sistema contributivo oficial dos servidores públicos do Município de Macaúbas, na forma do artigo 116 da Lei Orgânica do Município de Macaúbas, e do artigo 179 da Lei Municipal nº 644/2016;

CONSIDERANDO que o artigo 37, § 14º, da EC nº 103/2019, de 12 de novembro de 2019, determina o desligamento do servidor público por concessão de aposentadoria que utilizou tempo de contribuição decorrente de seu cargo;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 1.302.501, fixou a seguinte Tese de Repercussão Geral: *“O servidor público aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade”*.

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública, mormente a legalidade, impessoalidade, eficiência, e, ainda, a necessidade fiscal da presente medida, que se encontra amparada na jurisprudência pacificada da Egrégia Suprema Corte do país;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de formalização dos atos administrativos;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

SEXTA-FEIRA
14 DE JUNHO DE 2024
ANO 1 IV – EDIÇÃO Nº 107

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, Nº 460
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, por motivo de aposentadoria, a servidora **Lúcia Vieira**, matrícula nº 266, agradecendo-lhe e parabenizando-lhe pelos mais de 22 anos em que exerceu suas funções com zelo, esmero, pontualidade e responsabilidade.

Art. 2º. Fica determinado à Coordenação de Recursos Humanos que se adote as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento do presente decreto, com a exclusão da servidora da folha de pagamento e o registro do ato nos respectivos assentamentos funcionais.

Parágrafo único. A Coordenação de Recursos Humanos deverá proceder, no prazo de 10 (dez) dias, o cálculo de eventuais licenças vencidas e saldos de quitação em favor da servidora.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Macaúbas, Estado da Bahia, em 14 de junho de 2024.


Aloísio Miguel Rebonato
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, Nº 460
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETO Nº 107/2024, de 14 de junho de 2024.

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público aposentado pelo RGPS e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO que o artigo 40, V, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macaúbas) fixa a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que o artigo 41, *caput*, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, estabelece a aposentadoria como causa de exoneração do cargo efetivo;

CONSIDERANDO que o Regime Geral da Previdência Social é considerado como sistema contributivo oficial dos servidores públicos do Município de Macaúbas, na forma do artigo 116 da Lei Orgânica do Município de Macaúbas, e do artigo 179 da Lei Municipal nº 644/2016;

CONSIDERANDO que o artigo 37, § 14º, da EC nº 103/2019, de 12 de novembro de 2019, determina o desligamento do servidor público por concessão de aposentadoria que utilizou tempo de contribuição decorrente de seu cargo;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 1.302.501, fixou a seguinte Tese de Repercussão Geral: *“O servidor público aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade”*.

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública, mormente a legalidade, impessoalidade, eficiência, e, ainda, a necessidade fiscal da presente medida, que se encontra amparada na jurisprudência pacificada da Egrégia Suprema Corte do país;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de formalização dos atos administrativos;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

SEXTA-FEIRA
14 DE JUNHO DE 2024
ANO 1 IV – EDIÇÃO Nº 107

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, Nº 460
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada do cargo efetivo de Professora, por motivo de aposentadoria, a servidora **Silvana Bastos Santos Magalhães**, matrícula nº 795, agradecendo-lhe e parabenizando-lhe pelos mais de 25 anos em que exerceu suas funções com zelo, esmero, pontualidade e responsabilidade.

Art. 2º. Fica determinado à Coordenação de Recursos Humanos que se adote as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento do presente decreto, com a exclusão da servidora da folha de pagamento e o registro do ato nos respectivos assentamentos funcionais.

Parágrafo único. A Coordenação de Recursos Humanos deverá proceder, no prazo de 10 (dez) dias, o cálculo de eventuais licenças vencidas e saldos de quitação em favor da servidora.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Macaúbas, Estado da Bahia, em 14 de junho de 2024.


Aloísio Miguel Rebonato
Prefeito Municipal



Edição eletrônica disponível no site www.pmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, Nº 460
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETO Nº 108/2024, de 14 de junho de 2024.

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público aposentado pelo RGPS e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO que o artigo 40, V, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macaúbas) fixa a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que o artigo 41, *caput*, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, estabelece a aposentadoria como causa de exoneração do cargo efetivo;

CONSIDERANDO que o Regime Geral da Previdência Social é considerado como sistema contributivo oficial dos servidores públicos do Município de Macaúbas, na forma do artigo 116 da Lei Orgânica do Município de Macaúbas, e do artigo 179 da Lei Municipal nº 644/2016;

CONSIDERANDO que o artigo 37, § 14º, da EC nº 103/2019, de 12 de novembro de 2019, determina o desligamento do servidor público por concessão de aposentadoria que utilizou tempo de contribuição decorrente de seu cargo;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 1.302.501, fixou a seguinte Tese de Repercussão Geral: *“O servidor público aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade”*.

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública, mormente a legalidade, impessoalidade, eficiência, e, ainda, a necessidade fiscal da presente medida, que se encontra amparada na jurisprudência pacificada da Egrégia Suprema Corte do país;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de formalização dos atos administrativos;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

SEXTA-FEIRA
14 DE JUNHO DE 2024
ANO 1 IV – EDIÇÃO Nº 107

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA
Rua Dr. Manoel Vitorino, Nº 460
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada do cargo efetivo de Professora, por motivo de aposentadoria, a servidora **Poliana Patrícia Almeida Azevedo**, matrícula nº 757, agradecendo-lhe e parabenizando-lhe pelos mais de 22 anos em que exerceu suas funções com zelo, esmero, pontualidade e responsabilidade.

Art. 2º. Fica determinado à Coordenação de Recursos Humanos que se adote as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento do presente decreto, com a exclusão da servidora da folha de pagamento e o registro do ato nos respectivos assentamentos funcionais.

Parágrafo único. A Coordenação de Recursos Humanos deverá proceder, no prazo de 10 (dez) dias, o cálculo de eventuais licenças vencidas e saldos de quitação em favor da servidora.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Macaúbas, Estado da Bahia, em 14 de junho de 2024.


Aloísio Miguel Rebonato
Prefeito Municipal